



# DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos - Bahia

ANO XIII - Edição Nº 399

BAHIA - 29 de Dezembro de 2025 - Segunda-feira



Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos publica:

- *ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 062/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2025*

## Regulamentações

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.
- **LEI Nº 12.527/2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
- **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



Este documento está disponibilizado no site: [www.oliveiradosbrejinhos.ba.gov.br](http://www.oliveiradosbrejinhos.ba.gov.br)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº - 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**Imprensa Oficial**



PREFEITURA DE  
**OLIVEIRA DOS  
BREJINHOS**  
CUIDANDO DE GENTE. CONSTRUINDO O FUTURO!  
CNPJ Nº 13.798.905/0001-09

**ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 062/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2025**

O Prefeito Municipal de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto nº 024/2024, que regulamenta os processos de licitação e contratações diretas no âmbito do Município, resolve autorizar a contratação direta por **inexigibilidade de licitação**, conforme fundamentação constante do processo administrativo nº 161/2025.

**OBJETO:** Prestação de serviços advocatícios especializados de assessoria técnica e jurídica nas áreas de Direito Público, Tributário, Econômico, Financeiro e Previdenciário, com atuação perante o Ministério da Fazenda e seus órgãos administrativos, bem como para o ajuizamento, acompanhamento e intervenções de terceiros em ações judiciais e/ou administrativas, visando ao incremento de receitas, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal de Contas da União (TCU), aos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais competentes, em primeiro e segundo grau de jurisdição, além de órgãos, autarquias, fundações e agências reguladoras da União, dos Estados e do Distrito Federal competentes para o julgamento das matérias correspondentes.

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:** A atuação da contratada abrangerá, em especial:

- Acompanhamento processual e intervenções destinadas à defesa dos interesses do Município nas ações judiciais já em tramitação (processo 1071051-68.2023.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal Cível da SJDF) relacionadas aos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF);
- Recuperação do Imposto de Renda incidente sobre aquisições de bens e serviços, recolhido a maior ou de forma indevida pelo Município; (processo 1001716-91.2021.4.01.3315)
- Revisão dos parcelamentos previdenciários, com vistas à redução ou ao cancelamento dos valores das prestações devidas, mediante compensação de créditos reconhecidos em favor do Município perante a União Federal, incluindo a recuperação de valores pagos indevidamente a título de RAT (Risco Ambiental do Trabalho) e SAT (Seguro de Acidente do Trabalho);
- Prospecção, identificação e quantificação de ativos ocultos decorrentes do recolhimento indevido de contribuições previdenciárias, mediante a propositura de ações judiciais destinadas ao reconhecimento do direito à recuperação administrativa dos valores pagos a maior, bem como a análise da situação técnica do Município à luz da Emenda Constitucional nº 66, com o objetivo de pleitear a aplicação dos benefícios nela previstos;
- Prestação de auditoria e consultoria energética, consistentes no levantamento de dados, elaboração de estudos, encaminhamento e acompanhamento dos procedimentos necessários à recuperação financeira de valores pagos ou cobrados indevidamente pela concessionária ou distribuidora de energia elétrica, incluindo a recuperação de créditos de ICMS indevidamente incluídos na base de cálculo do PIS/COFINS, conforme

Praça João Nery de Santana, 197, Centro  
Oliveira dos Brejinhos - BA  
CEP: 47.530-000





PREFEITURA DE  
**OLIVEIRA DOS  
BREJINHOS**  
CUIDANDO DE GENTE. CONSTRUINDO O FUTURO!  
CNPJ Nº 13.798.905/0001-09

entendimento firmado pelo STF na ADI nº 7.324, que declarou constitucional a Lei nº 14.385/2022 e assegurou a devolução integral dos valores no prazo de até 10 (dez) anos;

- f) Recuperação de créditos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- g) Revisão e recuperação dos valores repassados a menor pela União Federal ao Município a título do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).
- h) Análise técnica e jurídica dos casos concretos, com a elaboração dos estudos necessários e específicos à realidade administrativa, financeira e fiscal do Município.
- i) A propositura e o acompanhamento de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, abrangendo a atuação em todas as fases processuais, inclusive perante a Justiça Federal e os Tribunais Superiores competentes, até o trânsito em julgado das decisões, bem como o acompanhamento do cumprimento das respectivas medidas junto aos órgãos administrativos competentes, visando à efetiva implementação dos provimentos obtidos em favor do Município.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A contratação encontra amparo no art. 74, inciso III, alíneas “c” e “e”, da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, bem como para o patrocínio e a defesa de causas judiciais ou administrativas, hipótese em que se enquadra a contratação para a prestação de serviços advocatícios especializados voltados à recuperação de recursos devidos ao Município.

**NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** A contratação revela-se necessária diante da complexidade técnica e jurídica das demandas relacionadas à recuperação de créditos e ao incremento de receitas públicas devidas ao Município, as quais envolvem matérias especializadas de Direito Público, Tributário, Financeiro e Previdenciário, bem como atuação estratégica nas esferas administrativa e judicial. Tais demandas exigem conhecimento específico, experiência comprovada e atuação contínua e qualificada, incompatíveis com a estrutura ordinária da Administração Municipal, que não dispõe de corpo técnico especializado suficiente para o adequado enfrentamento dessas questões. A contratação de empresa de advocacia com notória especialização mostra-se, portanto, indispensável para assegurar a defesa eficiente dos interesses municipais, a maximização da recuperação de recursos públicos, a segurança jurídica dos atos administrativos e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e do interesse público.

**CONTRATADA:** Cavalcante Reis Sociedade de Advogados.

**CNPJ:** 26.632.686/0001-27

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 12 (doze) meses

**FORMA DE PAGAMENTO:** A remuneração da contratada será devida exclusivamente a título de honorários de êxito (ad exitum), fixados à razão de R\$ 0,12 (doze centavos de real) para cada R\$ 1,00 (um real) de incremento financeiro efetivamente recebido pelo Município nas demandas abrangidas pela contratação, sendo o pagamento efetuado no prazo de até 10

Praça João Nery de Santana, 197, Centro  
Oliveira dos Brejinhos - BA  
CEP: 47.530-000





PREFEITURA DE  
**OLIVEIRA DOS  
BREJINHOS**  
CUIDANDO DE GENTE. CONSTRUINDO O FUTURO!  
CNPJ Nº 13.798.905/0001-09

(dez) dias úteis, contado do efetivo ingresso dos recursos em conta municipal, mediante apresentação da correspondente nota fiscal.

**ANÁLISE DE MERCADO:** Em razão da complexidade técnica e jurídica das demandas relacionadas à recuperação de créditos e ao incremento de receitas municipais, verifica-se a existência de número restrito de empresas de advocacia com comprovada especialização nesse tipo de serviço. A análise de mercado realizada pela Administração evidenciou a compatibilidade dos honorários praticados com contratações similares e a adequação técnica do prestador, demonstrando que a contratação é viável, vantajosa e compatível com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

**PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA:** Este ato será publicado no site oficial da Prefeitura e no Diário Oficial, em cumprimento ao princípio da publicidade, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 175 da Lei nº 14.133/2021.

**FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, serão designados gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução e cumprimento dos resultados esperados.

**CONSIDERAÇÕES:** A presente contratação foi precedida de justificativa técnica fundamentada e parecer jurídico favorável, os quais atestaram, de forma convergente, a necessidade, a conveniência e a pertinência da contratação direta, bem como a regularidade e a conformidade do procedimento com os princípios constitucionais e as normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, que regem a atuação da Administração Pública.

Diante de todo o exposto nos autos, **ratifico e autorizo a inexigibilidade de licitação**, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea “c” e “e”, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da natureza singular do objeto e da notória especialização. **Autorizo**, ainda, a contratação direta da empresa **Cavalcante Reis Sociedade de Advogados**, para a prestação dos serviços descritos no respectivo processo administrativo, recomendando o regular prosseguimento das etapas subsequentes, especialmente a formalização do contrato administrativo e a devida publicação dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios legais cabíveis, em estrita observância aos princípios da legalidade, publicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública.

Este ato entrará em vigor na data de sua assinatura.

Oliveira dos Brejinhos, em 29 de dezembro de 2025.

Clériston Uaide Reis Guedes Pereira  
**Prefeito Municipal**

Praça João Nery de Santana, 197, Centro  
Oliveira dos Brejinhos - BA  
CEP: 47.530-000

